

RESENHA

Inclusão escolar

School inclusion

Sibele Holsbach Costa

José Gonçalves Medeiros

Universidade Federal de Santa Catarina

Palhares, M. S. & Marins, S. (2002). *Escola inclusiva*. São Carlos: EdUFSCar. 286p.

O que dizem as leis sobre o processo de incluir pessoas com necessidades especiais (PNEs) no sistema regular de ensino? Como (re)construir uma escola para que ela seja considerada inclusiva? Qual o diferencial de escolas consideradas inclusivas? O que é necessário aprender para atender PNEs em classes regulares de ensino? Essas e outras questões são debatidas no livro *Escola Inclusiva*, organizado por Palhares e Marins. Em *Escola Inclusiva*, os autores debatem as políticas públicas de inclusão de PNEs na rede regular de ensino e também fornecem subsídios para qualificar educadores envolvidos na proposta de educação inclusiva. Vale a pena conferir.

O presente livro, organizado com a contribuição de diversos colaboradores, direciona-se principalmente a pessoas que trabalham no sistema regular de ensino, e foi elaborado com o objetivo de fornecer orientação básica a profissionais da educação que atendem ou pretendem atender alunos com necessidades especiais em escolas regulares. O livro está organizado em três amplas seções: “Políticas públicas de inclusão”, “Inclusão em áreas específicas”, e “Recursos para uma educação inclusiva”. O livro foi organizado a partir de temas de palestras e cursos ministrados durante o Curso de Capacitação para Educadores da Rede Municipal de Ensino – Educação Inclusiva/Escola Inclusiva –, oferecido a professores da Rede Municipal de Ensino do Município de São Carlos (SP) no ano de 2001. Os autores partem do pressuposto do compromisso de os professores se envolverem no processo de aprendizagem de seus alunos com necessidades especiais, independentemente destes alunos receberem um atendimento técnico especializado em sala de recursos.

As leis não são claras, ao contrário da discussão sobre elas. Na primeira seção, Minto (no capítulo intitulado “Educação especial: da LDB aos planos nacionais de educação – MEC e proposta da sociedade brasileira”) apresenta um compêndio de documentos que regulamentam a educação voltada a pessoas com necessidades educativas especiais, analisando alguns deles e destacando expressões ambíguas e ou de difícil interpretação que podem reduzir as chances de ingresso de muitas crianças no ensino regular. Minto observa que o Plano Nacional de Educação¹ (Proposta do Executivo ao Congresso Nacional – PNE/MEC) corrobora e aprofunda a LDB, mas não responsabiliza o Estado pela sua efetivação, pois não prevê ações concretas de financiamento para que ocorram mudanças significativas no atendimento a pessoas com necessidades educativas especiais. O projeto² discute a crise educacional brasileira e apresenta propostas para a educação especial, de tal forma que ela seja orientada pelos mesmos objetivos da educação geral, incluindo-a em todos os níveis e modalidades de ensino da educação regular, com um aporte de recurso financeiro para o atendimento especializado. O autor aponta ainda a falta de clareza quanto à responsabilidade pela efetivação e as dificuldades encontradas para concretizar o acesso de PNEs ao ensino regular, ampliadas pela falta de informações aos escolares, familiares, inclusive aos educadores. Acrescenta a isso a freqüente precariedade da estrutura física e dos materiais de ensino presentes nas escolas públicas brasileiras.

Os profissionais ou interessados em educação inclusiva poderão conhecer com mais detalhes o chamado Movimento de Auto-Advocacia, que se desenvolve desde a década de 1980 e que tem como pro-

posta envolver a pessoa deficiente mental em tomadas de decisões que lhe dizem respeito. Sobre esse assunto, Neves (em “O movimento de auto-advocacia e a educação para a cidadania”) discute oportunidades de educação para que deficientes mentais desenvolvam cidadania crítica e atuante em ambientes sociais, por vezes marcados por preconceito e por falta de informação a respeito das condições de suas interações, em relação às quais os PNEs são vistos como incapazes de participar, inclusive em decisões sobre o próprio cotidiano.

O livro apresenta uma provocação aos gestores educacionais. Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre educação para todos, Prieto em *A construção de políticas públicas de educação para todos* expõe indicadores e aponta elementos que devem ser focalizados pelos gestores dos sistemas de ensino, bem como descreve ações a serem efetivadas para produzir mudanças significativas na qualidade de ensino. Ainda neste capítulo são apresentados e discutidos dados quantitativos de matrículas na educação especial por rede de ensino – municipal, estadual, federal e particular – e Prieto também questiona a qualidade de ensino para os alunos, considerando questões financeiras, condições de trabalho do professor, recursos educacionais especiais, bem como acompanhamento e avaliação de intervenções de políticas públicas. A autora salienta que a melhoria da qualidade de ensino depende dos sistemas de ensino e da vontade política de seus gestores.

Diferentes processos de incluir PNEs, no ambiente escolar, são destacados e apresentados ao leitor. Em “Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil”, Mendes apresenta as bases teóricas da educação inclusiva e algumas propostas elaboradas por outros autores (como Mrech, 1998; e Stainback & Stainback, 1999) sobre as formas de incluir os PNEs no âmbito educacional. Aponta a escassez na literatura científica de pesquisas avaliativas e propositivas sobre as condições de incluir os PNEs no ambiente escolar. A autora confirma também a necessidade de reestruturar a organização de serviços e direcionar a formação de professores para uma política de educação inclusiva que equipare as oportunidades para todos os alunos, independentemente do estágio de inclusão encontrado em cada organização escolar.

A escassez de interações fundamentais, entre educadores e pais de educandos com necessidades especiais, para o aprimoramento da educação do aluno são descritas por Aiello no capítulo “Família inclusiva”. A autora chama a atenção para as variáveis que afetam o

estabelecimento e a manutenção de uma interação eficaz entre professores e profissionais da escola com a família de escolares com necessidades especiais. Apresenta exemplos de parcerias entre eles, apontando princípios fundamentais para o sucesso dos programas de intervenção com famílias, propostos por Aiello e Williams (2001), abordagem sistêmica (Bronfenbrenner, 1996; Minuchin, 1990), empoderamento³ (Dunst & Trivette, 1987), estratégias de prevenção de *burnout* (Gardner & Chapman, 1995), serviços centrados na família (Dunst e cols., 1991) e rede de apoio social (Dunst e cols. 1988).

Essencialmente para educadores que estejam iniciando-se na prática da educação inclusiva, o livro apresenta, com uma linguagem clara e sucinta, temas específicos da área de educação especial, passando por uma revisão histórica (de exclusão sobrepondo-se à inclusão social, ao longo de circunstâncias sociais) e sugerindo práticas inclusivas dentro de áreas de atuação específicas. Desta forma, por exemplo, é abordado o tema da deficiência visual, enfatizando suas implicações no ambiente social e sobre a formação da pessoa com essa necessidade. Os capítulos não esgotam o assunto proposto, porém ampliam a visibilidade do leitor para possibilidades de ação diante da “nova” situação escolar.

Enfim, o livro *Escola Inclusiva* inicia com uma cuidadosa análise de leis vigentes sobre o processo de incluir as PNEs e a seguir, em uma linguagem mais fluida, faz um resgate histórico sobre a evolução desse processo. Apresenta alguns tipos de deficiência (física, sensorial e mental), avalia a situação atual de inclusão de PNEs no sistema regular de ensino e propõe mudanças claras para promover essa inclusão. Embora este livro seja direcionado mais a um público de profissionais que estejam iniciando-se no processo de incluir PNEs, também é útil e interessante para estudantes voltados à área da educação e também a PNEs e seus familiares. Trata-se de um texto elucidativo, que subsidia e instiga o leitor a refletir principalmente sobre a evolução e situação atual do acesso e permanência de PNEs à educação formal.

REFERÊNCIAS

- Aiello, A. L. R. & Williams, L. C. A. (2001). O Inventário Portage operacionalizado e a abordagem sistêmica na intervenção com famílias: incompatíveis ou aliados? Trabalho apresentado no IV *Simpósio em Filosofia e Ciências*. Marília.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Dunst, C. F. & Trivette, C. (1987). Enabling and empowering families: Conceptual and intervention issues. *School Psychology Review*, 16, 443-456.
- Dunst, C. F., Trivette, C. & Deal, A. G. (1988). *Enabling and empowering families: principles and guidelines for practice*. Cambridge: Brookline Books.
- Dunst, C. J., Johanson, C., Trivette, C. M. & Hamby, D. (1991). Family-oriented early intervention policies and practices: Family-centered or not? *Exceptional Children*, 58(2), 115-126.
- Gardner, J. F. & Chapman, M. S. (1995). *Developing staff competencies for supporting people with developmental disabilities: An orientation handbook*. Baltimore: Paul Brookes Publishing.
- Minuchin, S. (1990). *Famílias: Funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Mrech, L. M. (1998). O que é educação inclusiva? *Integração*, 20, 37-40.
- Stainback, S. & Stainback, W. (1999). *Inclusão: Um guia para educadores*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Recebido: 02/04/2006

Revisado: 01/05/2006

Aceito: 05/05/2006

Notas:

- ¹ FNDEP – Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. *Subsídios para análise do Plano Nacional de Educação do Ministério da Educação e do Desporto (PNE/MEC)*. Brasília, DF, maio, 16p.
- ² Denominado “Plano Nacional de Educação/Proposta da Sociedade Brasileira” (PNE/PSB) foi transformado no PL 4.155/98.
- ³ “Quando há uma rede de apoio social para a família, de forma que o risco de *burnout* ou estresse excessivo é eliminado, e os pais são capazes não só de decidir de maneira ativa e participante o que é melhor para si mesmo e seus filhos, mas efetivamente conseguir solucionar seus problemas, dizemos que se encontram “empoderados” (*empowered*) (Aiello & Williams, 2000, 2001; Aiello & Maselli, 2000)”, (p. 94).

Sobre os autores da resenha:

Sibele Holsbach Costa: Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina. – Endereço eletrônico: sholsbach@hotmail.com.

José Gonçalves Medeiros: Professor orientador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

Endereço para correspondência: Caixa Postal 5060 – 88040-970 Florianópolis, SC. – Endereço eletrônico: medeiros@mbox1.ufsc.br